

# RISCOS ÉTICOS EM TEMPOS DE DELAÇÕES, VAZAMENTOS E CLAMOR PELA TRANSPARÊNCIA

Copyright © 2016  
SBPjor / Associação  
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

ROGÉRIO CHRISTOFOLETTI

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

**RESUMO** - Fugas de informação e denúncias de delatores são cada vez mais utilizados por jornalistas para a produção de grandes coberturas. Personagens como Edward Snowden, Chelsea Manning, Julian Assange e os delatores da “Operação Lava-Jato” no Brasil tornaram-se não apenas úteis para o processo de transparência e accountability, mas também sinalizam armadilhas para repórteres e redações. Neste artigo, apresento o conceito de Risco Ético e listo um conjunto de suas modalidades na produção jornalística contemporânea, impulsionada por WikiLeaks, “Panama Papers” e transformações das sociedades democráticas. Palavras-chave: Fontes de informação. Vazadores. Accountability. Transformações no Jornalismo. Deontologia.

## LOS RIESGOS ÉTICOS EN TIEMPOS DE INFORMANTES, FUGAS Y DEMANDA POR LA TRANSPARENCIA

**RESUMEN** - Fugas y testimonios de denunciantes se utilizan cada vez más en la cobertura de noticias. Los personajes como Edward Snowden, Chelsea Manning, Julian Assange y los informadores de “Operación Lava-Jato” en Brasil se han convertido en útiles para el proceso de transparencia y rendición de cuentas, pero también pueden producir trampas a los periodistas y medios de comunicación. En este artículo, presento el concepto de Riesgo Ético y listo una serie de sus formas en la producción periodística contemporánea, impulsados por WikiLeaks, “Papeles de Panamá” y las transformaciones de las sociedades democráticas. **Palabras clave:** Fuentes de información. Filtraciones. Responsabilidad. Transformaciones en Periodismo. Ética.

## ETHICAL RISKS, INFORMERS, WHISTLEBLOWERS, LEAKS AND CLAMOR FOR TRANSPARENCY

**ABSTRACT** - Leaks and whistleblowers are increasingly used for the production of large media coverage. Characters like Edward Snowden, Chelsea Manning, Julian Assange and informers of Operation Car Wash in Brazil have become not only useful for the process of transparency and accountability, but also signal traps to reporters and newsrooms. In this article, I present the concept of Ethical Risk and I list a number of its forms in contemporary journalistic production, driven by WikiLeaks, Panama Papers and transformations of democratic societies.

**Key words:** Sources. Leakers. Accountability. Transformations in Journalism. Ethics.

O jornalismo não existe sem fontes.

Aparentemente banal, a afirmação revela um traço seminal da natureza desse exercício ao mesmo tempo em que enaltece uma grande fragilidade. Faz parte da rotina dos jornalistas recorrer a sujeitos, organizações e instituições não apenas para recolher dados, mas testemunhos, confirmações e negativas. É, então, sobre a credibilidade dessas fontes que veículos informativos constroem as bases para um contrato de confiança com seus públicos. À medida que oferecem relatos considerados críveis - e se esse esforço for perene e rigoroso -, os veículos reforçam as condições de também serem entendidos como confiáveis, o que faz com que as pessoas firmem com eles uma relação pautada em expectativas e fidelidades, por exemplo.

Para além desse processo quase osmótico de transferência de credibilidade, os veículos e seus profissionais dependem de terceiros para realizar suas tarefas. A rigor, essa dependência fragiliza uma atividade que se pretende ser autônoma. Não é demais lembrar que independência editorial é um valor frequentemente invocado por repórteres, redatores e editores.

O jornalismo não é essencialmente uma atividade criativa, onde se inventam mundos e cenas, onde a imaginação criadora é o motor da formulação das narrativas. Na literatura ficcional e em outros campos artísticos, cabe ao sujeito lançar mão do engenho e da fantasia para esculpir sua obra. No jornalismo, conforme seus cânones, o processo de escritura das histórias sofre mais amarras: não deve confiar na imaginação dos narradores e precisa se apoiar em referências reconhecidas e aceitáveis. Na literatura, a ficção descortina mundos e possibilidades narrativas que podem ser absolutamente (in)críveis, mas também totalmente aceitáveis, até mesmo esperadas. Leitores e autores assinam um contrato simbólico que coloca a credibilidade do relato em outro patamar, para além de sua veracidade, embora a verossimilhança seja um ingrediente poderoso.

No jornalismo, não se admite a ficção. Ela se aproxima perigosamente da mentira, o oposto do esperado naqueles relatos. Deseja-se que jornalistas reportem fatos com riqueza e precisão de detalhes que permitam aos públicos ter uma experiência de proximidade daqueles episódios. É um efeito de discurso que ajuda a preencher a expectativa humana por pequenas verdades cotidianas, uma tarefa historicamente assumida pelo jornalismo.

Assim, embora possa abranger pequenas inovações e venha a ousar em estilos ou linguagens, o jornalismo não é um exercício

criativo individual, fruto de idiosincrasias, pensamentos, sentimentos e ações de um sujeito ou outro. O jornalismo é um exercício predominantemente consultivo, dependente de terceiros, conforme se observa com facilidade nos seus principais gêneros: a notícia, a reportagem e a entrevista. Esta dependência do jornalismo para com as fontes não rebaixa o estatuto dos seus produtos, que são produções intelectuais, resultados de trabalho rigoroso de pesquisa, verificação, confirmação, consulta e comparação de versões. Neste sentido, o jornalismo se assemelha à ciência e à história, disciplinas ancoradas em rígidos regimes de verdade.

### **Grandes vazamentos e enxurrada de dados**

As últimas décadas têm mostrado profundas transformações na comunicabilidade e na sociabilidade humanas. As mudanças não são apenas tecnológicas, mas acima de tudo, culturais. A educação e o jornalismo estão entre as áreas mais impactadas porque conceitos de base como “conhecimento” e “informação” também estão sofrendo mutações significativas.

No jornalismo, os câmbios vão das rotinas produtivas às formas de sustentação financeira, da emergência de novas funções profissionais à integração de amadores no processo produtivo, passando por debates no âmbito da deontologia, que abrangem também discussões sobre os papéis de jornalistas, fontes e públicos (CARLSON & LEWIS, 2015; ZION & CRAIG, 2015; WARD, 2015; WAISBORD, 2013, MCBRIDE & ROSENSTIEL, 2014; CHRISTOFOLETTI, 2014). A multiplicação de canais de informação, a facilitação técnica, os incentivos para a participação das audiências na polifonia informativa e a oferta de alternativas narrativas - isoladas ou em conjunto - têm modificado o estatuto das fontes no jornalismo (FRANKLIN & CARLSON, 2011; FOWLER-WATT & ALLAN, 2013).

Se antes era comum que as redações tivessem uma visão instrumental das fontes (recorrer a elas quando necessário, ignorá-las nos demais momentos), de uns tempos pra cá, essas fontes não apenas aumentaram seu raio de influência como em alguns episódios assumiram um protagonismo que ofusca jornalistas e seus veículos, e que projeta sombras sobre o próprio teor das informações difundidas. Foi assim em julho de 2010, quando o WikiLeaks trouxe à tona 92 mil documentos secretos do governo dos Estados Unidos sobre a

Guerra do Afeganistão (DOMSCHEIT-BERG, 2011); quando em outubro do mesmo ano, o mesmo site publicou outros 391 mil arquivos sobre a Guerra do Iraque<sup>1</sup>; e no mês seguinte, quando foram vazados 251 mil despachos da diplomacia norte-americana, revelando capítulos importantes da geopolítica recente<sup>2</sup> (LEIGH & HARDING, 2011; EL PAÍS, 2011; BECERRA & LACUNZA, 2012).

O protagonismo da fonte também aconteceu em 2013, com as denúncias de Edward Snowden sobre as ações da National Security Agency (NSA), que consistiam em monitoramento de cidadãos norte-americanos e fora dos limites de ação da agência, espionagem industrial e até grampeamento indireto de telefones celulares de chefes de Estado, como Dilma Rousseff, Angela Merkel e Enrique Peña Nieto (GREENWALD, 2014; HARDING, 2014).

Mas a prática da denúncia como vazamento ou delação não é um expediente recente, conforme nos lembra Greenberg (2012), que retorna ao caso de Daniel Ellsberg para fazer uma avaliação desses personagens contemporâneos, que vão de Julian Assange e Chelsea Manning a Adrian Lamo. Ellsberg era analista de informação do governo dos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, quando vazou ao *The New York Times* e outros 17 jornais os documentos que passaram à história como os “Papéis do Pentágono”. O escândalo provocado pelas revelações ajudou a precipitar o fim da Guerra do Vietnã.

Flynn (2011) discute a política e a prática dos vazamentos atuais. Com base em Tiffen (1989), ela lembra que a definição de vazamento é imprecisa, podendo significar fontes não autorizadas repassando informações a jornalistas ou fontes autorizadas (com poder e influência) usando a mídia para respaldar suas denúncias que, em condições comuns, poderiam ser arquivadas ou ignoradas. Para Flynn (2011), os vazadores entram em cena, motivados a alterar o panorama que os cerca, tendo boas ou más intenções. Eles podem ser eficazes na correção de injustiças ou mal feitos, mas precisam estar conscientes dos riscos que essa prática acarreta atualmente. A prisão de Chelsea Manning – acusada de vazar dados para o WikiLeaks no episódio dos cables da diplomacia -, e os pedidos de asilo de Julian Assange (na Embaixada do Equador em Londres) e de Edward Snowden (na Rússia) sinalizam parte dos perigos a que estão sujeitos os vazadores<sup>3</sup>.

A partir de 2008, os vazamentos têm sido mais frequentes, e numa modalidade em particular: as fontes buscam nos meios jornalísticos convencionais um ambiente de legitimação de seus gestos.

A parceria entre WikiLeaks e os meios impressos mais influentes do mundo<sup>4</sup> para revelar os cables da diplomacia dos Estados Unidos foi um dos empreendimentos mais trabalhosos no que tange ao tratamento de um volume gigantesco de informação, sua decodificação e a sincronização para a divulgação em escala global, segundo relata Harding (2014), a partir da experiência que liderou no britânico *The Guardian*. O impacto do WikiLeaks motivou o surgimento de iniciativas semelhantes, na expectativa de convencer denunciadores dos meios político e empresarial a encaminharem denúncias que deveriam se tornar públicas. Algumas não duraram muito tempo, como é o caso do *OpenLeaks* – uma dissidência do WikiLeaks – e da *Safe House*, do *Wall Street Journal*. Outras se mantêm, como é o caso do *MafiaLeaks*<sup>5</sup>, *Corporate Leaks*<sup>6</sup>, *FrenchLeaks*<sup>7</sup> e *ScienceLeaks*<sup>8</sup>.

Esforços jornalísticos também tentam atrair materiais de circulação restrita e que possam subsidiar investigações e reportagens, a exemplo de *100Reporters*<sup>9</sup> e do *FolhaLeaks*<sup>10</sup>. Este último foi analisado por Flor (2014) como a “primeira resposta da mídia impressa brasileira ao novo cenário de vazamentos digitais de informação”. No balanço da autora dos dois primeiros anos (2011-2013), embora tenha recebido milhares de denúncias, o projeto resultou em poucas reportagens concluídas. Isso se deve basicamente a dois fatores: a) os repórteres da Folha de S. Paulo aproveitam os dados encaminhados ao *FolhaLeaks*, mas não querem dividir os créditos com o projeto e perder a “paternidade” dos furos jornalísticos; b) o jornal não valoriza a iniciativa a ponto de criar um ambiente interno de convergência de fluxos de informação, o que resulta em pouco uso.

Mas os vazadores não precisam necessariamente de um “lugar” para depositar suas denúncias. De uma forma geral, eles buscam um canal para espalhar os segredos a revelar, e essa condição pode se mostrar mais ramificada e difusa, como é o caso do *International Consortium of Investigative Journalists (ICIJ)*<sup>11</sup>). Trata-se de uma rede de 190 jornalistas de 65 países, criada em 1997, para trabalhar de forma colaborativa em reportagens investigativas aprofundadas. Em fevereiro de 2015, o ICIJ publicou os resultados de uma ampla investigação, que envolveu 130 jornalistas de 45 países, denunciando um grande esquema de evasão fiscal operado pela filial suíça do Banco HSBC. Conhecido como “*SwissLeaks*”<sup>12</sup>, a reportagem mostrou a movimentação escusa protegida pelo sigilo bancário de mais de 180 bilhões de euros por 100 mil clientes e 20 mil empresas offshore. Um ex-funcionário do banco roubou os documentos que comprovavam a fraude e os repassou ao ICIJ.

Em abril de 2016, novo esforço jornalístico começou a revelar outro escândalo global: os “Panama Papers”<sup>13</sup>, conjunto de 11,5 milhões de documentos do escritório de advogados Mossak Fonseca sobre as movimentações financeiras de 214 mil empresas offshore. Além de dados, há identificação de nomes de celebridades, empresários e até mesmo chefes de estado. As informações cobrem quatro décadas de atuação da Mossak Fonseca, totalizando 2,6 terabytes de dados, analisados por mais de 400 jornalistas em 107 veículos de 80 países. Uma fonte anônima vazou inicialmente o material ao jornal alemão *Süddeutsche Zeitung* e depois ao ICIJ.

Os episódios mencionados até aqui apontam para uma realidade extremamente complexa para os jornalistas quanto ao tratamento, à interpretação e à contextualização de volumes gigantescos de dados. Se antes era possível que um repórter solitário tratasse de certas revelações, hoje, é cada vez mais necessário automatizar tarefas – usando programação dedicada, sistemas inteligentes e grandes bancos de dados – e juntar esforços com outros profissionais – trabalhando em redes transdisciplinares, de forma consorciada. Não são apenas desafios técnicos e operacionais. Questões éticas também se apresentam aos jornalistas, conforme veremos mais adiante.

### **Língua comprida e garganta profunda**

Nem só de megavazamentos vive a mídia. No Brasil, a partir de uma acirrada disputa nas eleições presidenciais de 2014, o noticiário se desenvolveu a partir de superlativos para emoldurar uma grave crise nacional, com desdobramentos políticos, financeiros e morais. Dilma Rousseff reelegeu-se com uma margem apertada de votos (3,28%<sup>14</sup>) e a polarização política se intensificou nos dois anos que seguiram a sua posse, dividindo o país. A inflação voltou a crescer de forma preocupante e alimentou uma recessão econômica. A deflagração da “Operação Lava-Jato” pela Polícia Federal e outras denúncias de corrupção nos meios políticos e empresariais ajudaram a criar um clima na sociedade de intolerância a desmandos políticos, desvio de recursos públicos e a práticas históricas de fisiologismo nos partidos e na estrutura política brasileira.

Os vazamentos de informação são elementos frequentes na cobertura política no Brasil pelo menos desde o começo da década de 1990, quando das investigações que levaram à deposição do pre-

sidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Se naquela época, os jornalistas assumiram o protagonismo na apuração das histórias, com a “Operação Lava-Jato”, fontes do Poder Judiciário assumiram essa função, deixando as redações ansiosas pelas fugas de informação.

A “Operação Lava-Jato” foi instaurada em março de 2014 para apurar um esquema de lavagem de dinheiro que poderia ter movimentado mais de R\$ 10 bilhões de reais. A operação reuniu elementos sobre a formação de quadrilha para desvios de recursos da Petrobras, pagamentos de propinas por empreiteiras, envolvimento de políticos, funcionários da petroleira e empresários, contratos superfaturados, entre outros crimes. Até junho de 2016, mais de 600 mandados de busca e apreensão foram expedidos, prisões temporárias e preventivas foram decretadas, ordens de condução coercitiva foram exaradas, resultando nas prisões de poderosos empresários e políticos, expediente raro na justiça brasileira.

Para a Polícia Federal, a “Operação Lava-Jato” é a maior investigação sobre corrupção da história do país, e pode ser comparada à “Operação Mãos Limpas”, que investigou políticos, empresários e mafiosos na década de 1990 na Itália. As ações dos policiais – fartamente documentadas pela PF e pela mídia – ganharam tons espetaculares, com prisões ruidosas e frequentes convocações de entrevistas coletivas. Sob o imperativo de combater a corrupção, delegados apresentavam os resultados das fases como se prestassem contas à sociedade; jovens promotores reuniam os indícios para oferecer denúncias com propósitos claros de “passar o país a limpo”; e nem setores do Poder Judiciário escaparam do clamor popular, contagiados pelo clima de exigência civil e moralidade pública. No centro das atenções da mídia, membros do Ministério Público Federal e da 13ª Vara Criminal da Justiça Federal de Curitiba – instância responsável pelo processo da “Operação Lava-Jato” – foram alçados à condição de heróis nacionais instantâneos<sup>15</sup>.

A duração da investigação, seu alcance e a profundidade dos estragos políticos também fizeram surgir muitas críticas à “Operação Lava-Jato”: autonomia exagerada da Polícia Federal (o que poderia revelar descontrole de um órgão subordinado ao Ministério da Justiça), partidarização das ações policiais, vazamentos seletivos de informação, perseguições, excessos e abusos judiciais.

Nos meios de comunicação, a crônica política nacional se tornou cada vez mais noticiário policial, criando condições que alimentaram grandes manifestações populares, apresentação de pedidos de

impeachment de Dilma Rousseff<sup>16</sup> e seu vice Michel Temer, contestação sobre os presidentes da Câmara Federal (Eduardo Cunha) e Senado (Renan Calheiros), batalhas judiciais, descrença generalizada na política, e disputa midiática em torno dos rumos e sentidos da República.

Este cenário convulsivo colocou delatores e vazamentos seletivos como motores importantes do noticiário brasileiro. Isso se deveu, sobretudo, ao fato de que a “Operação Lava-Jato” foi impulsionada pelo uso ostensivo da delação premiada, benefício ao réu que aceita colaborar em investigações, entregando cúmplices e situações de crime. Quando assinado, o compromisso de delação pode reduzir a pena do réu, permitir que se cumpra a condenação em regime semiaberto, e em casos extremos, acarreta até mesmo na extinção da pena e no perdão judicial. Embora o expediente já existisse na legislação brasileira desde o Código Penal de 1940, a delação premiada teve seu uso estendido e atualizado para investigações de organizações criminosas em 2013, com a sanção da lei nº 12.850/13 por Dilma Rousseff.

Desta forma, desde 2014, a “Operação Lava-Jato” vem apoiando parte de seus movimentos na tomada de testemunhos de indiciados, que admitem seus crimes e apontam elementos que possam caracterizar delitos de outros envolvidos. O primeiro delator foi o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, cujo acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal em setembro de 2014. Até junho de 2016, segundo o Ministério Público Federal<sup>17</sup>, 52 documentos de delação haviam sido assinados com a justiça, além de outros cinco acordos de leniência – que permitem a colaboração de empresas. Os delatores são executivos de construtoras, doleiros, lobistas, consultores, operadores financeiros, diretores da Petrobras e de suas subsidiárias, como a TransPetro (Sérgio Machado), um ex-deputado federal (Pedro Corrêa) e um senador (Delcídio do Amaral).

Nas tomadas de depoimento policial ou nos espaços da mídia, quanto mais alto o cargo ocupado, o poder exercido e a influência do denunciante, mais devastadores são os estragos causados às imagens dos citados. Advogados, jornalistas e comentaristas nas mídias sociais chegaram a alardear que certas revelações poderiam “derrubar a República”, expressão em tom ameaçador que sinalizava para o alcance dos danos políticos das delações e das repercussões que poderia causar à vida social nacional.

Esses personagens que tornam públicas informações que antes eram secretas são classificados genericamente como fontes, e

aparecem nos relatos jornalísticos em categorias que contribuem (ou não) para credenciar seus discursos reveladores. Ora são informantes ou depoentes; ora vazadores ou denunciantes, quando não delatores... Uma nova taxonomia dessas fontes talvez seja precoce ainda, mas o que nos interessa neste artigo é refletir sobre as relações entre jornalistas e essas fontes, e questionar quais responsabilidades profissionais derivam desses pactos de confiança. Afinal, que problemas deontológicos se colocam para os jornalistas nessas relações? Como lidar com eles num contexto de imensa oferta de dados e de intensa necessidade de filtragem de informações? Como realizar coberturas jornalísticas equilibradas e responsáveis em casos complexos, em pleno andamento, e ainda atender à demanda social por informações de interesse público?

Delatores não são personagens raros no jornalismo. O exemplo mais lembrado de investigação jornalística no Ocidente foi motivado por um conjunto de confidências repassadas por um influente delator a um repórter do Washington Post no início dos anos 1970. A cobertura acabou levando à renúncia do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, resultou num livro (BERNSTEIN & WOODWARD, 1974) e em uma versão cinematográfica de “Todos os Homens do Presidente”, dois anos depois com Alan Pakula. Importante frisar que o maior delator foi também o mais desconhecido por 33 anos, sendo reveladas sua identidade e motivações numa entrevista à revista *Vanity Fair* e na forma de livro (WOODWARD, 2005).

O jornalismo investigativo persegue esses personagens, mas o contrário também se dá quando a fonte – levada por seus interesses pessoais – procura as redações. No caso da mídia brasileira, a repercussão das falas dos delatores se soma ao tratamento dado a vazamentos seletivos de trechos de depoimentos, interceptações telefônicas e outros detalhes do processo, protagonizados por agentes da Polícia Federal e por setores do Judiciário. A profusão de informações – muitas vezes conflitantes – que desembarcam nas mesas dos repórteres complexifica ainda mais a situação, embaçando limites éticos a serem impostos nas relações com tais fontes.

Na maioria dos casos, especialidade, legitimidade, representatividade e autoridade são credenciais para uma pessoa ou organização ser considerada fonte jornalística. Elas podem funcionar isoladas ou associadas, mas as redações recorrem a esses fatores para “escolher” quem deve falar sobre algo. Assim, o epidemiologista é procurado pelos repórteres porque pode explicar a ocorrência de

surtos de ebola ou dengue; a sobrevivente é ouvida porque testemunhou a tragédia, estava lá no meio do acontecimento; o líder da bancada no Senado é entrevistado porque seu discurso representa um grupo; o delegado fala na coletiva porque preside o inquérito. Entretanto, a esses quatro fatores têm se adicionado outros, como seu alcance midiático e sua capacidade de atrair novos denunciantes.

Julian Assange, o rosto mais conhecido do WikiLeaks, mostrou ao longo dos últimos anos que não é só perito em criptografia, mas também um sujeito muito articulado jornalisticamente, hábil para costurar alianças com grandes veículos da mídia tradicional e capaz de inspirar o surgimento de iniciativas semelhantes de recolhimento de dados secretos para sua posterior divulgação massiva. O mesmo se deu com Edward Snowden e com o senador Delcídio do Amaral, por exemplo, líder do governo Dilma Rousseff na câmara alta do Parlamento e, portanto, voz autorizada na política nacional.

As relações entre jornalistas e fontes já serviram de objeto de estudos de diversos autores, na tentativa de balizar limites de lado a lado, e com o propósito de oferecer subsídios que auxiliem nas condutas profissionais e no atendimento dos valores deontológicos dos jornalistas (SANTOS, 1997; MANNING, 2001; SCHMITZ, 2001, SANT'ANNA, 2009).

Entretanto, não são apenas as condições tecnológicas promotoras de frequentes inundações de dados e denúncias que provocam a reflexão sobre os estândares éticos dos jornalistas. Mudanças tecnológicas trazem consigo câmbios culturais, e essas transformações não afetam só os profissionais da informação. Sifry (2011) toma como ponto de partida a presença do WikiLeaks para abordar o que chama de “era da transparência”, clamor cada vez mais insistente das sociedades complexas atuais. Para o autor, iniciativas como a do site de vazamentos fortalecem o movimento pela transparência de atos de governos e corporações, colocando um importante conceito no vocabulário da sociedade, tão fundamental para as democracias: *accountability*<sup>18</sup>.

Conforme Brevini, Hintz & McCurdy (2013), essa prestação de contas, demonstração pública de zelo e respeito pelo bem comum é um fator bastante valorizado no jornalismo, e fortalecido por iniciativas de aumento da transparência pública. São muito relevantes os empreendimentos consorciados entre repórteres e coletivos informáticos que resultam nos grandes vazamentos. Em 2011, já apontávamos o WikiLeaks como “o fator mais potencialmente transformador

do jornalismo desde o Twitter”, “inaugurador de uma tendência crescente e irreversível de parcerias (...) que podem auxiliar no processo de desvendamento de informações de interesse público”, enfim, “um exemplo exuberante de como a ética hacker e a deontologia jornalística convergem” (CHRISTOFOLETTI & OLIVEIRA, 2011: p. 95). A pulverização de sites de vazamentos, a consolidação de redes de investigação jornalística, a emergência da delação como uma destacada força-motriz do noticiário no Brasil atual e a fuga de dados seletivos nesse mesmo contexto compõem uma ocasião ímpar para colher elementos que auxiliem no aprimoramento dos processos políticos e jornalísticos.

### **Volume, distância e riscos éticos**

As condições mencionadas nas seções anteriores ajudam a compor uma paisagem complexa para a atuação dos jornalistas, aumentando muito o grau de dificuldade para desempenhar as funções esperadas pelos públicos e demais grupos interessados. A demanda exige produtos e serviços apoiados em informações socialmente relevantes, criteriosamente apuradas, construídas com equilíbrio e lastreadas em contextos que permitam compreensão e aprofundamento das questões apresentadas. A satisfação dessas condições não depende apenas da aplicação de técnicas de confecção de notícias, mas também da assunção de um conjunto de valores deontológicos, próprios dos cânones jornalísticos.

Conforme já apontado, as configurações tecnológicas e culturais vigentes tumultuam as bases do jornalismo praticado nos séculos 19 e 20, precipitando um maior aparecimento do que chamo de Riscos Éticos. Defino a expressão como um conjunto de condições indesejáveis que fragilizam o processo de produção dos relatos, podem minar a credibilidade de repórteres e editores, comprometem a qualidade informativa e distanciam o jornalismo do horizonte de sua realização efetiva. Contribuem para esses riscos a pressa, sobrecarga e acúmulo de trabalho, despreparo técnico de profissionais, precariedade nas condições de produção, impossibilidades técnicas de tratamento da matéria-prima, entre outros fatores, isolados ou combinados. Note-se que esses Riscos Éticos muitas vezes se confundem com erros e deslizos no plano deontológico, mas eles dizem respeito, sobretudo, às condições e às possibilidades que levam a tais falhas.

São situações e contextos que podem gerar erros, inconsistências e incompletudes informativas. Importante perceber ainda que esses Riscos Éticos não são uma exclusividade do jornalismo contemporâneo, dado que alguns deles já existiam em fases anteriores dessa atividade profissional. Entretanto, o que percebo é que dois aspectos atuais contribuem como poderosos catalisadores para a emergência desses riscos éticos: o volume dos dados a serem trabalhados e a distância que separa jornalistas de fontes de informação.

A última década mostrou que os mais importantes vazamentos de informação que resultaram em coberturas jornalísticas de relevo estavam lastreados em quantidades monumentais de dados. Não são apenas milhares de páginas de um relatório, mas milhões de células em centenas de planilhas que podem gerar outra quantidade expressiva de combinações e associações de dados. O que se convencionou chamar de Big Data não é uma criação do marketing para vender mais memória em computadores ou espaço em disco nas nuvens de computação. É uma realidade global que vai determinar o sucesso ou o fracasso dos esforços humanos para gerenciar conhecimento numa época de extrema abundância de dados.

Jornalistas e organizações do ramo também estão sendo desafiados a lidar com isso. Em algumas reportagens, não é mais possível tratar humanamente dos volumes de dados. É preciso desenvolver soluções em programação para refinar dados, hierarquizá-los e estabelecer conexões entre eles. É preciso buscar novas formas de interface homem-máquina para que as realidades ocultas naquela montanha de números e nomes sejam compreendidas, devidamente confirmadas e, depois, reembaladas na forma de produtos jornalísticos passíveis de consumo. Leigh & Harding (2011) relatam como The Guardian precisou modificar parte de sua rotina de trabalho em 2010 para preparar sua cota no pool de reportagem sobre os documentos da diplomacia dos Estados Unidos. Eram 251 mil despachos, envolvendo milhares de nomes, abordando outros milhares de temas, tratando de contextos políticos complexos e diversos. Apenas para ler e conhecer o material na íntegra seriam necessários anos de trabalho de diversas pessoas. Por isso, o jornal implantou um conjunto de ações para otimizar os recursos que tinha. Repórteres investigativos foram deslocados para se dedicar integralmente àquela pauta. Profissionais da informática se integraram à equipe, escrevendo códigos específicos para filtrar e tratar dados, gerando um banco de informações primárias. Depois, seria necessário verificar as versões dos

relatos, buscar o contraditório com outras fontes, aglutinar histórias dispersas em contextos mais compreensíveis, estruturar as reportagens e definir uma estratégia de publicação e acompanhamento das repercussões. Seria ainda necessário manter tais operações em sigilo – para assegurar o furo jornalístico e o compromisso de uma cobertura consorciada – e coordenar os tempos para que os demais parceiros jornalísticos divulgassem o vazamento de forma sincronizada.

Neste caso e em outros já citados, o volume dos dados não garante apenas a consistência da revelação dos fatos, mas é também um dos fatores decisivos para alguns riscos éticos. A inverificabilidade é o mais imediato. Isto é, que redações têm profissionais suficientes para checar a correção e precisão das informações quando estamos trabalhando numa escala dos terabytes? O ICIJ respondeu a esse desafio engajando quase 400 repórteres para se ocupar de 11,5 milhões de documentos do primeiro lote dos Panama Papers. Mas nem sempre é viável tal esforço. Desta forma, a inverificabilidade é um risco ético perigosamente constante em situações inundadas por grandes volumes de dados. A impossibilidade de verificação das informações por meios próprios é, em si, um problema da técnica e da ética jornalística, na medida em que compromete a integridade do relato e macula a confiabilidade do conteúdo reportado.

A incapacidade das equipes jornalísticas de cobrirem a integralidade das histórias embutidas nas montanhas de dados gera outros dois riscos éticos: a parcialidade de cobertura, que contribui para delicados regimes de pré-julgamento. Em termos práticos, se um jornal não consegue dar conta das muitas denúncias incutidas no extenso material bruto, terá que escolher umas em detrimento de outras, gerando desequilíbrio e eventuais injustiças. A Operação Lava-Jato é criticada por segmentos políticos que identificam a prevalência de atenção de certos personagens e ilícitos por parte dos repórteres e das autoridades. A seletividade permite distorções e desvios de foco, outro risco ético catalisado pelo grande volume de dados.

Outra tentação de repórteres e editores no cotidiano do tratamento, descarte e estruturação das informações é o fetiche pelos dados, como se eles fossem um fim em si mesmos, gerando o risco ético do hermetismo. Contextualização e esforços para explicar temas mais complexos fazem parte do processo de produção jornalística que visa atingir públicos amplos e com coeficientes diversos de informação. Se o relato oferecido é de difícil consumo e assimilação, o trabalho de tradução jornalística das realidades não se efetivou.

O grande volume de dados pode provocar outros dois indesejáveis riscos éticos: o abandono das preocupações éticas básicas e a perda de fôlego em coberturas mais longas. O primeiro se refere à possibilidade de, diante de uma grande quantidade de dados, as redações se ocuparem mais de difundir publicamente tais informações, ignorando ou se esquecendo de cuidados éticos como a não-identificação e a localização de fontes, por exemplo, o que pode aumentar condições de perigo e perseguição. Orientados pelo paradigma de transparência radical, os ativistas do WikiLeaks não se preocuparam com tais detalhes nos vazamentos iniciais dos warlogs das guerras do Iraque e do Afeganistão. Zelar por essas garantias foi uma exigência dos editores que negociaram com Assange para a cobertura dos cables diplomáticos, o que gerou tarefas adicionais às equipes e consequentes atrasos na divulgação das reportagens.

A infraestrutura das organizações jornalísticas e sua capacidade de dedicar equipes para acompanhar casos como grandes vazamentos ou operações complexas como a cobertura da “Operação Lava-Jato” serão determinantes para evitar outro risco ético: o esgotamento do meio e dos profissionais em coberturas muito longas, que exigem energia, concentração e paciência. Abandonar o caso quando ainda não devidamente concluído é um resultado possível até mesmo pela queda no interesse das audiências sobre o tema. Planejamento estratégico, independência editorial e convicção jornalística são ingredientes para evitar tal risco.

Mas o volume dos dados que soterram as redações não é o único fator que propicia as possibilidades de erro e deslize ético. A distância criada e mantida entre fontes e repórteres nos casos de grandes vazamentos e operações de delação também atuam nessa direção.

Na maioria das vezes, os jornalistas não têm acesso à identidade ou à origem do material bruto das denúncias. Isso porque existem sistemas informacionais que os separam das fontes, bem como existem estruturas jurídico-policiais que impedem uma comunicação mais direta entre tais partes. Criptografia e embaraços legais promovem o distanciamento de repórter e fontes, e tal dissociação é um terreno fértil para novos riscos éticos.

O primeiro deles é a passividade e a acomodação dos jornalistas. Como os dados são vazados ou trechos de delação chegam às redações, observa-se o predomínio de um fluxo informativo de direção única. O primeiro passo é dado pelo informante, que provoca o potencial divulgador. Uma situação de perigo comum é o recebi-

mento do material pelo jornalista que se contenta e se concentra em tratar os dados, com a prioridade de difundi-los publicamente. A distância vai impedir eventuais questionamentos à fonte, por exemplo, confirmações de última hora ou a observação de contradições nos relatos. Não se sabe a origem, extensão, confiabilidade ou condições de obtenção das planilhas enviadas ao e-mail do repórter, e ela, muitas vezes, pode não ter a oportunidade de responder a essas perguntas. Sua condição é passiva diante do fluxo informativo, e sua resignação sinaliza outro risco ético: ausência de controle no input jornalístico. Isto é, o jornalismo se guia pela demanda das fontes (e seus interesses que podem coincidir ou não com os do público) e não mais pelo do repórter, de quem deveria partir essa motivação inicial.

Outra consequência da distância demasiada entre fonte e jornalista é o vício da delegação da confiança. Assim, porque não tem acesso ao dado primário, o repórter confia na autoridade que se interpõe ou no sistema que faz o material chegar até ele. A denúncia passa a ter o respaldo da Polícia Federal, que se ocupou de colher os depoimentos e acabou promovendo o vazamento de trechos da delação. O repórter não questiona a forma de extração do testemunho, o que facilita a sua divulgação, dado que abandona a etapa de verificação ou checagem. De forma irônica, quase cínica, Holiday (2012) chama a atenção para os perigos da delegação de confiança como uma das táticas mais comumente usadas para a manipulação informativa pela mídia. Esse risco ético aponta para a ausência de mecanismos e filtros de controle nas redações, que poderiam impedir erros e injustiças, por exemplo, e sinaliza a precariedade do processo de produção de alguns profissionais.

O mesmo pode acontecer quando os dados são publicados no site do WikiLeaks ou numa grande revista de informação. O repórter vincula a denúncia ao meio de sua propagação numa estratégia motivada por pressa, preguiçosa ou desleixo. Ato contínuo, apela para o cinismo, transferindo a responsabilidade da informação para terceiros, a exemplo do que fez a TV Globo diante das críticas à divulgação massiva de uma interceptação telefônica entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente da República, Dilma Rousseff, em março de 2016, num dos episódios mais agudos da crise política brasileira<sup>19</sup>. Durante as transmissões ao vivo de manifestações públicas, foi impossível que as equipes de TV impedissem o coro de “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo!”, e as palavras de ordem foram ouvidas pelos telespectadores. A reação foi imedia-

ta. Nos telejornais da emissora, apresentadores constrangidos leram um curto texto<sup>20</sup> para justificar a atuação na cobertura da crise: “a imprensa não produz grampos, nem conduz investigações da justiça e da polícia”. O argumento é parcialmente correto, já que não cabe à mídia tais expedientes. O lado ocultado no discurso é que jornalistas e meios de comunicação devem responder pelo que publicam, devem sustentar e garantir o que oferecem como relatos fiéis aos fatos.

Se a TV Globo “não produz grampos nem conduz investigação”, a empresa decide se e como divulga conteúdos de escutas telefônicas e etapas de processos. No caso em questão, a emissora de televisão veiculou um áudio incompleto da conversa, editando o material e descartando trecho anterior ao diálogo dos personagens, ao passo que outros veículos, como o UOL, o difundiram na íntegra<sup>21</sup>. A escolha editorial caracteriza uma tomada de decisão – publicar! – e com ela, o ônus das críticas e contestações, o que mostra a insuficiência de transferir responsabilidades.

\*\*\*

Enumerarei um conjunto de riscos éticos nas coberturas atuais que se apoiam em delatores e vazadores de informação. O volume colossal de dados pode levar a sua inverificabilidade, à parcialidade da cobertura, a pré-julgamentos e eventuais injustiças, ao desvio de foco e ao hermetismo, ao abandono de práticas zelosas de ética básica e à perda de fôlego em coberturas mais longas. A distância que separa jornalistas e fontes (de delação ou vazamento) também acarreta riscos éticos, como a passividade e a acomodação das redações, a ausência de controle no input jornalístico, a delegação de confiança e a transferência de responsabilidade do repórter para a fonte.

Esse mapeamento pode servir como alerta para os meios de comunicação e seus profissionais, na medida em que sinaliza para eventuais armadilhas que fragilizem a credibilidade jornalística, justamente em coberturas de tanto alcance e importância. O mapeamento também projeta preocupações deontológicas principalmente no acompanhamento de temas e questões de alto interesse da coletividade, como a cidadania, a transparência de atos públicos, a reafirmação da democracia e o desenvolvimento de dispositivos que a protejam, como é o caso do jornalismo.

## NOTAS

- 1 Os “warlogs” estão disponíveis em <<https://wardiaries.wikileaks.org>> Acesso em 5 de abril de 2016.
- 2 Disponível em <<https://search.wikileaks.org/plusd/>> Acesso em 3 de abril de 2016.
- 3 Chelsea Manning foi condenada a 35 anos de prisão em agosto de 2013. Julian Assange está abrigado na Embaixada do Equador em Londres desde junho de 2012. Snowden está no exílio na Rússia desde agosto de 2014.
- 4 *The New York Times, The Guardian, El País, Le Monde e Der Spiegel.*
- 5 Disponível em <<https://www.mafialeaks.org>> Acesso em 2 de abril de 2016.
- 6 Disponível em <<http://corporateleaks.org>> Acesso em 2 de abril de 2016.
- 7 Disponível em <<https://www.frenchleaks.fr>> Acesso em 2 de abril de 2016.
- 8 Disponível em <<http://scienceleaks.blogspot.com.br>> Acesso em 2 de abril de 2016.
- 9 Disponível em <<https://100r.org/wa/>> Acesso em 2 de abril de 2016.
- 10 Disponível em <<http://folhaleaks.folha.com.br>> Acesso em 2 de abril de 2016.
- 11 Disponível em <<https://www.icij.org/>> Acesso em 5 de abril de 2016.
- 12 Disponível em <<https://www.icij.org/project/swiss-leaks>> Acesso em 5 de abril de 2016.
- 13 Disponível em <<https://panamapapers.icij.org/>> Acesso em 5 de abril de 2016.
- 14 Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, foram 54 milhões (51,64%) de votos no 2º turno da disputa contra 51 milhões de Aécio Neves

- (48,36%). <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>> Acesso em 6 de abril de 2016.
- 15 O responsável pelo processo, juiz Sérgio Moro, ganhou notoriedade internacional, foi aclamado publicamente e chegou a ser apontado como 13º líder mundial pela revista Fortune. Disponível em <<http://fortune.com/worlds-greatest-leaders/>> Acessado em 4 de abril de 2016.
  - 16 Um processo de afastamento de Rousseff foi instaurado no Congresso Nacional, mas as acusações que o embasaram nada tinham a ver com as investigações da “Operação Lava-Jato”.
  - 17 Disponível em <<http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/resultados/a-lava-jato-em-numeros-1>> Acesso em 6 de abril de 2016.
  - 18 O clamor por mais transparência e accountability colide com preocupações acerca de um reequilíbrio das condições de poder na contemporaneidade (BAUMAN et al., 2015; GOLDFARB, 2015), principalmente se o debate é entre as esferas do público e privado. Por essa razão, setores influentes do ciberativismo operam pelo binômio “transparência total dos poderosos e privacidade total para os fracos” (ASSANGE et al., 2013).
  - 19 Tratei disso mais detalhadamente em 20 de março de 2016 em <<https://objetos.wordpress.com/2016/03/20/ponto-de-vista-grampos-e-as-responsabilidades-da-midia/>> Acessado em 9 de abril de 2016
  - 20 Disponível em <<http://gente.ig.com.br/2016-03-17/rechacada-por-manifestantes-globo-se-pronuncia-a-imprensa-nao-produz-grampos.html>> Acessado em 9 de abril de 2016.
  - 21 Em junho de 2016, o ministro Teori Zavaski, do Supremo Tribunal Federal, considerou o trecho gravado como ilegal e determinou que fosse desconsiderado nas investigações da “Operação Lava-Jato”.

## REFERÊNCIAS

ASSANGE, Julian; APPELBAUM, Jacob; MÜLLER-MAGUHN, Andy; ZIMMERMANN, Jérémie. **Cypherpunks**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BAUMAN, Zygmunt; BIGO, Didier; ESTEVES, Paulo; GUILD, Elspeth; JABRI, Vivienne; LYON, David; WAKER, R.B.J. Após Snowden: repensando o pacto da vigilância. **Revista Eco-Pós**, vol. 8, nº 2, pp. 8-35, 2015.

BECERRA, Martín; LACUNZA, Sebastián. **WikiMediaLeaks**. Buenos Aires:

Ediciones B, 2012.

BERNSTEIN, Carl; WOODWARD, Bob. **All the President's Men**. Simon & Schuster, 1974.

BREVINI, Benedetta; HINTZ, Arne; MCCURDY, Patrick (Org.) **Beyond Wikileaks: implications for the future of communications, journalism and society**. New York: The Palgrave Macmillan, 2013.

CARLSON, Matt; LEWIS, Seth C. **Boundaries of Journalism: professionalism, practices and participation**. Routledge: New York, 2015.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; OLIVEIRA, Cândida. **Jornalismo pós-WikiLeaks: deontologia em tempos de vazamentos globais de informação. Contemporânea**, Vol. 9 nº 2, pp. 86-100, 2011.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Preocupações éticas no jornalismo feito por não-jornalistas. **Comunicação e Sociedade**, vol. 25, pp. 267 – 277, 2014.

DOMSCHEIT-BERG, Daniel. **Os bastidores do WikiLeaks**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011

EL PAÍS. **Las revelaciones de WikiLeaks: Los Papeles del Departamento de Estado**. Madrid, 1 de febrero de 2011.

FLOR, Guáira Índia. **O jornalismo em tempos de WikiLeaks: uma análise do Folhaleaks e da Folha de S.Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FLYNN, Kathryn. The Practice and Politics of Leaking. **Social Alternatives**. v. 30, n. 1 pp. 24-28, 2011.

FOWLER-WATT, Karen; ALLAN, Stuart (eds.) **Journalism: New Challenges**. Centre for Journalism & Communication Research – Bournemouth University, 2013.

FRANKLIN, Bob; CARLSON, Matt (Orgs.) **Journalists, Sources and Credibility: new perspectives**. Routledge: New York-London, 2011.

GOLDFARB, Ronald (Org..) **After Snowden: privacy, secrecy and security in the information age**. New York: St. Martins's Press, 2015.

GREENBERG, Andy. **This Machine Kills Secrets: how WikiLeaks, Cypherpunks and Hacktivists Aim to Free the World's Information**. London: Virgin Books, 2012.

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

HARDING, Luke. **Os arquivos Snowden**. São Paulo: Leya, 2014.

HOLIDAY, Ryan. **Acredite, estou mentindo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012.

LEIGH, David; HARDING, David. **WikiLeaks: a guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado**. Campinas: Verus, 2011.

MANNING, Paul. **News and news sources: a critical introduction**. London: Sage, 2001.

McBRIDE, Kelly; ROSENSTIEL, Tom. **The new ethics of journalism: principles for the 21st Century**. Sage-CQ Press: Thousand Oaks-London, 2014.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2001.

SIFRY, Micah. **Wikileaks and the age of Transparency**. Berkeley: Counterpoint, 2011.

TIFFEN, R. **News and Power**. Sydney: Allen & Unwin, 1989.

WAISBORD, Silvio. **Reinventing Professionalism: journalism and news in global perspective**. Polity Press: Cambridge-Malden, 2013.

WARD, Stephen J. **Radical Media Ethics: a global approach**. Wiley Blackwell: Oxford, 2015.

WOODWARD, Bob. **O homem secreto**. São Paulo: Rocco, 2005.

ZION, Lawrie; CRAIG, David. **Ethics for digital journalists: emerging best practices**. Routledge: New York, 2015.

**Rogério Christofolletti** é doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor no POSJOR/UFSC. Pesquisador do CNPq. rogerio.christofolletti@uol.com.br

RECEBIDO EM: 10/04/2016 | ACEITO EM: 13/06/2016